

UM NOVO MODELO DO VELHO MOLDE: estudo crítico das recentes propostas psicolingüísticas de C. E. Osgood.*

Marcelo Dascal - UNICAMP

José Borges Neto - U.F.Pr.

*Edson Françaço*** - UNICAMP

I

LECTURES ON LANGUAGE PERFORMANCE é anunciado como a antecipação de outra obra, mais compreensiva, a ser intitulada Toward an Abstract Performance Grammar, que está ainda em preparo. O presente livro não traz -- e o próprio autor é quem o afirma -- algumas das peças necessárias para uma avaliação mais completa de seu programa de pesquisas. Em particular, deploramos a falta das seções anunciadas sobre "Relações desta Gramática Abstrata do Desempenho com outros Modelos Lingüísticos e Psicológicos" e sobre "Pragmática do Uso da Linguagem em Contextos Situacionais". A primeira seção seria essencial para avaliarmos a medida em que o modelo proposto compete com outras abordagens ou as complementa. Alguns dados para essa comparação, no entanto, nos são apresentados nos três primeiros capítulos do livro, onde se apresentam as bases metodológicas e 'ideológicas' do modelo. A falta da segunda seção, no entanto, é mais fortemente sentida, na medida em que nenhuma sugestão é dada no livro sobre como um 'componente pragmático' poderia se encaixar no modelo proposto. De fato, muitos poderiam pensar que uma 'gramática do desempenho', se bem sucedida, poderia dispensar um componente independente que tratasse do uso da linguagem. Nós não aceitamos esta visão (cf.. Dascal 1983), nem o faz Osgood, aparentemente. Mas gostaríamos de ver como ele distingue entre os modos pelos quais o uso da linguagem é diferentemente tratado por uma 'gramática do desempenho' e por um 'componente pragmático'. Apesar destas deficiências, a teoria que nós é apresentada é suficientemente substancial para merecer tanta uma atenção cuidadosa quanto elogios.

Vamos começar com os elogios. Um dos méritos do programa de pesquisa de Osgood é seu empenho em providenciar uma teoria psicolingüística compreensiva, abrangendo não só a aquisição da linguagem, mas também todos os aspectos do desempenho lingüístico do adulto. Além disso, tal teoria não é vista como um mero apêndice a uma teoria lingüística, qualquer que seja ela. Sua teoria não procura verificar a chamada 'realidade psicolingüística' de regras, componentes e outros construtos dos lingüistas. Em vez disso, assume o domínio do 'desempenho' (que foi negligenciado tanto por Saussure quanto por Chomsky, com a alegação de que se ocupava com fenômenos 'meramente indivi

duais' e, em consequência, 'misteriosos' e não-predizíveis) como seu objeto próprio. Esta postura teórica dá a Osgood um certo grau de liberdade vis-à-vis os resultados da lingüística. Para sermos exatos, tais resultados são levados em consideração, mas eles não mais ditam a forma e o conteúdo da teoria do desempenho. Esta é entendida como mais diretamente ligada a uma teoria geral do comportamento do que a uma abordagem abstrata de estruturas lingüísticas. Esta mudança de ponto de vista abre o caminho para um modo de construção de teorias que, embora ainda per_force interdisciplinar, é guiado por um princípio verdadeiramente unificador e integrador.

Vale a pena observar que Osgood não está só na promoção de tal mudança. Com bases inteiramente diversas e empregando um quadro teórico completamente diferente, o recente trabalho de McNeill (1979) é similar ao de Osgood em muitos aspectos. Ambos tomaram parte na evolução da psicolingüística, praticamente desde seu início. Osgood, como um dos 'patriarcas' da disciplina, que persistiu em seu behaviorismo, a despeito da impetuosa onda chomskiana do fim dos anos sessenta e dos anos setenta. McNeill, como um dos primeiros a tentar aplicar e testar sistematicamente as idéias da gramática gerativa transformacional em conexão com a aquisição da linguagem. Ambos, depois desta investida inicial, estiveram, até certo ponto, 'fora do ar' por cerca de dez anos, aparentemente incubando seus 'segundos pensamentos' e tentando integrá-los numa teoria nova, compreensiva. O resultado são teorias que se interessam basicamente por uma explicação global do 'desempenho', com a caracterização dos mecanismos elementares de constituição de 'sentidos' e com estruturas 'abstratas' ou 'conceptuais' subjazendo os atos concretos de uso da linguagem. Em certo sentido, os esforços de McNeill e de Osgood são respostas ao que parece ser o principal desafio enfrentado agora pelos psicolingüistas: tornar sua disciplina teoricamente madura, dispondo de modelos compreensivos, detalhados e relativamente formalizados dos fenômenos que se propoe a explicar.

Os dois modelos mencionados, para sermos exatos, diferem em praticamente cada detalhe. Em particular, pode-se notar as diferentes orientações subjazendo ao uso das palavras 'abstrato' e 'conceptual' pelos dois autores. Para Osgood, que vem de uma formação behaviorista, a postulação de uma estrutura componencial para respostas e estímulos 'cobertos' (s_M e r_M) e de uma 'estrutura profunda' tripartite para sentenças simples (cf. abaixo, seção II) é uma concessão enorme, já que equivale à admissão da existência de entidades complexas 'abstratas', não-observáveis, em nossas cabeças. McNeill, que vem de uma formação racionalista chomskiana segue exatamente o caminho inverso. Sua descoberta do papel das 'idéias sensori-motoras' e da 'extensão semiótica' na constituição da linguagem equivale à descoberta de que o 'abstrato' não pode subsistir sem o concreto. Talvez Piaget seja o máximo de 'concretude' que um (ex?)chomskiano possa vir a admitir. O plano 'concreto-conceptual' de McNeill e o mecanismo cognitivo 'abstrato' de Osgood estão, em consequência, ainda muito afastados um do outro. Não obstante, as alterações conceptuais opostas de ambos os autores sugerem ao menos um encaminhamento para futuras convergências. Nosso propósito central aqui, no entanto, não é comparar o modelo de Osgood com outras teorias, mas discutir

alguns de seus aspectos e, assim, nos voltaremos agora para essa tarefa.

II

A APG ("Abstract Performance Grammar") de Osgood apresenta-se no quadro da versão do behaviorismo, elaborada pelo próprio autor, denominada "Three-Stage Neobehaviorism" (p.27). Enquanto o 'Behaviorismo Primitivo' é um sistema de um único estágio que explica o comportamento em termos de associações entre estímulos (S) e respostas (R), admitindo como 'interno' apenas as projeções dos estímulos ('ícones') e respostas ('motons') realizadas pelo mecanismo sensorial, e o 'Behaviorismo Clássico' é um sistema de dois estágios que admite também um nível interno de estímulos (s_M) e respostas (r_M) 'cobertas', o 'Neobehaviorismo' postula um terceiro nível interno, o da integração de 'ícones' em 'perceptos' e de 'motons' em 'programas'. Além disso, a teoria revista acentua o caráter componencial dos elementos mediadores, decompondo-os em componentes de 'sentido' $m_1, m_2, m_3, \dots, m_n$. O resultado é o "Little Black Egg of Behavior" (p.25), envolvendo três níveis, assim descritos:

"Structurally, the Projection Level reflects the isomorphic relations between peripheral receptors and effectors and their correlates in the sensory and motor projection areas of the brain - icons in encoding (comprehending) and motons in decoding (expressing); functionally, these relations are unmodifiable by experience, 'wired in'. Structurally, the Integration Level represents the more central organization of icons into percepts (in comprehending) and motons into programs (in expressing), and organization at this level is not assumed to be isomorphic; functionally, both motor and sensory integrations are assumed to be modifiable by experience." (p.74) "Structurally, meaningful mediation processes at the Representational Level are related to antecedent percepts as their significances (in comprehending) and to subsequent programs for behaving as the intentions behind them; functionally, these relations are established in experience" (p.75)

Deixando de lado a natureza das interações entre estes três níveis, vamos ater à estrutura do nível representacional, em conexão com o qual "the more recent, and finer, structural notions of APG" (p.84) foram desenvolvidas. Quatro 'mecanismos' (ainda não especificados em termos de detalhes neurais) são requeridos para se dar conta do processamento de informações neste nível. O Léxico (LEX) transforma "perceptos codificados analogicamente" em sentidos "codificados digitalmente", no processo de compreensão e transforma os últimos em "programas comportamentais analogicamente codificados" no processo de expressão. Ele é, então, um mecanismo de 'codifica

ção' e 'decodificação' de natureza semântica, já que relaciona entidades, 'com sentido' (codificadas digitalmente) com entidades 'sem sentido' (codificadas analogicamente).

O Operador (OPR)

"is a tripartite mechanism that gives structure to functionally related sets of semantic outputs form the LEXICON or from the MEMORY and within which the dynamic interactions among such sets occur" (p.87).

O OPR é o mecanismo onde o processo de cognição ('cognizings') ocorre, no sistema de Osgood. Se o input vem do LEX, nós temos 'novos processos de cognição'; se ele vem da Memória (MEM), 'processos de re-cognição'. O OPR realiza seu papel cognitivo provendo meios de representação e análise não de objetos, mas de eventos ou estados. Os feixes de traços fornecidos, digamos, pelo LEX são então organizados pelo OPR em 'constituintes'. Assim, enquanto "o LÉXICO é um mecanismo de codificação e decodificação semântica palavra-por-palavra, o OPERADOR é um mecanismo processador constituente-por-constituente" (p.86). Seu output consiste em 'cognições' (cognitions) simples ou complexas. As últimas, que envolvem "multiple but related perceived actions or states... are analyzable into concatenations... of simple cognitions" (p.88). Estas, por sua vez, têm uma forma tripartite,

"the three components being the complete semantic representations of a pair of entities (later, subject and object NPs), M_1 and M_2 , and the signed and directed action or stative relation (later, VPs), --- (M)--->, between them" (p.87).

No caso de sentenças, é evidente que o papel do OPR é fornecer 'estruturas profundas'. Se uma sentença é complexa, ele a decompõe em cláusulas, fornece uma estrutura profunda para cada uma delas, e as concatena 'ordenadamente'. Se uma sentença simples tem uma estrutura (superficial) que não corresponde à estrutura profunda da 'standard', o OPR recupera a estrutura profunda correspondente. Para este propósito, ele necessita da ajuda do "Buffer" (BUF), que é

"a temporary information-holding mechanism, receiving from OPR constituent code-strips that are prior in ordering to that which is 'natural' ... and transferring these code-strips back to OPR as the displaced constituents are moved forward ... into 'natural' order" (p.88).

Adiando temporariamente a discussão desta noção de 'naturalidade', bem como a afirmação de Osgood de que o mecanismo do OPR se aplica a todos os modos de percepção, vamos nos ater à consideração de sua implicação gramatical. Como é apontado por Osgood, ela equivale à

"postulation of tripartite structure for simple cognitions (in English sentencing, S \rightarrow SNP + VP + ONP) rather than the bipartite structure of Chomskyan TGG (S \rightarrow SNP + VP)" (p.87).

Em nossa opinião, esta 'postulação' coloca uma série de problemas. Primeiramente, ela está baseada, na medida em que a comparação com Chomsky é levada em consideração, numa confusão entre regras e estruturas geradas pelas regras. O fato de que a primeira regra do componente de base nas versões antigas ('standard') da gramática gerativa transformacional compreendesse, no lado direito da flecha, apenas dois componentes (NP, VP) não implica que a base é incapaz de gerar 'marcadores frasais de base', i.e. 'estruturas profundas' com um número maior de componentes. Se nós seguirmos Chomsky (1965: 17-18) definindo uma sentença 'kernel' como aquela de um 'tipo particularmente simples cuja geração envolve o mínimo de aparato transformacional e que tem um único marcador frasal (em lugar de uma seqüência deles) como sua base, fica claro que, na gramática 'standard' de Chomsky, há vários tipos de sentença 'kernel', com dois, três ou mais componentes. A proposta de Osgood, de fato, equivale a afirmar que há apenas um tipo de sentença 'kernel', isto é, o tipo que exhibe a estrutura tripartite SNP+VP+ONP. Todas as outras estruturas devem ser geradas pelo equivalente a um conjunto de regras transformacionais, i.e., por um dispositivo que é muito mais poderoso que uma gramática de estrutura frasal. Além disso, a 'base' no modelo de Osgood não é apenas restringida no escopo (i.e. no poder gerativo) mas também grandemente 'enrijecida', já que é agora concebida como parte do 'hardware' do falante-ouvinte, ou seja, como um molde rígido no qual todas as sentenças (e percepções) devem ser encaixadas. Tal 'enrijecimento' corresponde na verdade à fortíssima assunção de universalidade substantiva (ou até 'material') atribuída a certa estrutura, na base de evidências -- como as de Greenberg (1963) -- que no máximo parecem garantir uma assunção de generalidade estatística.

Enquanto o LEX é uma 'memória de processo' e o OPR e o BUF são mecanismos de armazenagem de curto prazo, MEM é uma memória de longo prazo na qual as cognições ficam depositadas. Elas preservam, quando guardadas em MEM, suas estruturas em constituintes (como foram geradas pelo OPR) assim como suas análises em traços (dadas pelo LEX). Tais cognições são estruturadas adicionalmente, em MEM, de três modos: (1) em termos de tópico e comentário (para cada cognição simples), (2) em termos de relações de conteúdo entre os tópicos, como especificado por suas polaridades afetivas (da Positividade máxima à Negatividade máxima), e (3) em cada tópico, em termos da freqüência de uso de seus traços diferenciais. Os princípios (2) e (3) têm como função explicar a facilidade de recordação de itens semanticamente relacionados e itens muito freqüentes. Quanto ao princípio (1), ele se destina a dar conta do fato de que 'tópicos' são mais facilmente evocados do que 'comentários' e que a recordação dos primeiros é necessária para a recordação dos últimos.

Parece-nos que as noções de 'tópico' e 'comentário' usadas aqui por Osgood são bastante incomuns. Na compreensão, por exemplo, a posição de 'tópico' para

uma dada cognição na MEM é sempre preenchida pelo NP sujeito (ou M_1) constituído pelo OPR. Mas o OPR, como vimos, produz apenas 'estruturas profundas'. Isto é, ele produz a mesma estrutura para a sentença passiva e a ativa corresponde (e.g. Napoleon is admired by everyone é representada, depois de ser processada pelo OPR, por Everyone admires Napoleon -- cf. p.213), para uma sentença topicalizada e a correspondente não-topicalizada (e.g. A martini I will have e I will have a martini) etc. Agora, é óbvio que a informação sobre o tópico -- no sentido usual do termo -- é característica da estrutura superficial, e que é, então, perdida na representação fornecida pelo OPR. Uma vez que apenas o OPR é ligado ao MEM (cf. diagrama na p.85), o 'tópico' depositado em MEM não pode corresponder (exceto por acaso) ao tópico superficial. Osgood pode eventualmente superar esta dificuldade acrescentando ao modelo uma ligação entre o BUF e o MEM, e dotando o primeiro da habilidade de conservar 'vestígios' das transformações que se realizam com sua ajuda. Mas, do jeito que o modelo se apresenta, a estruturação tópico/comentário em MEM não provê uma explicação para o bem conhecido fenômeno de tópico/comentário, e não fica claro quais seriam os fenômenos que esse mecanismo pretenderia abordar.

III

A descrição dos mecanismos básicos do nível representacional da APG da acima apenas enfocou suas características 'estruturais'. Precisa ser suplementada pela descrição dos princípios 'funcionais' que explicam como tais mecanismos realizam as tarefas que lhes são atribuídas no sistema.¹ De acordo com a postura (neo-)behaviorista de Osgood, e com a idéia de que há uma continuidade perfeita entre o comportamento pré-lingüístico e o lingüístico, tais princípios devem ser (idealmente) derivados de princípios psicológicos gerais (particularmente aqueles da teoria da aprendizagem). Isto é o que de fato se dá, no que diz respeito ao LEX. Seus princípios funcionais são:

- (1) um paradigma de aprendizagem de signos (i.e., um princípio de associação);
- (2) um paradigma de aprendizagem de traços ('features') (i.e., um princípio de comparação e abstração);
- (3) os efeitos da frequência e da recentidade na aprendizagem de signos (i.e., um princípio de 'força' do hábito, facilitação e inibição) (pp. 93-94). Princípios similares, como vimos, são também operativos em MEM e em BUF.

Mas, como Osgood mesmo se dá conta, o sistema opera sobre princípios estritamente (neo-) behavioristas apenas até o Lex:

"once the constituent code-strips of little r_m feature components are forwarded 'upward' from LEX to the OPERATOR -- and all sorts of complex interactions occur within and between OPERATOR, BUFFER and MEMORY -- the r_m code-strips lead a pretty wild life" (p. 109).

De fato, a porção de comportamento lingüístico que um mecanismo como o LEX parece ser capaz de explicar não difere significativamente do que é explicado pela abordagem do comportamento verbal de Skinner.² De modo a ultrapassar as associações 'palavra-sentido' (que constituem a tarefa básica do LEX -- cf. pp. 75 e segs.), i.e., de modo a explicar a produção e compreensão de sentenças, onde predomina a "wild life", princípios adicionais -- e bastante diferentes -- são requeridos. O princípio adicional mais importante, que repousa no coração da gramática de Osgood, é um 'Princípio de Naturalidade'. Este princípio merece, então, um minucioso exame.

Na sua formulação mais geral, o Princípio de Naturalidade afirma que:

"the more sentences correspond in their surface forms to the cognitive structures developed in prelinguistic perceptuo-motor experience, the earlier they will be understood and produced by children and the more easily they will be processed in both comprehending and expressing by adults" (.110).

Isto equivale a dizer que uma sentença será 'natural' se sua estrutura superficial corresponder à estrutura cognitiva adquirida nos estágios iniciais do desenvolvimento ontogenético. Isso pressupõe, obviamente, que os dois tipos de estrutura são comparáveis, uma comparabilidade que é garantida pela assunção de que o input, do 'tipo' serial que for, é 'codificado semanticamente' pelo mesmo mecanismo, ou seja, pelo LEX. Outra pressuposição do princípio de Osgood é que é possível determinar o que são essas estruturas cognitivas ontogeneticamente primitivas. Osgood admite que suas razões para tal conhecimento são bastante fracas, ou seja, postulações derivadas de seu quadro teórico geral e intuições sobre o que é natural no início da infância (cf. pp. 110-111). Estranhamente, a força da crença de Osgood em tais postulações contrasta vivamente com a admitida fraqueza de seu suporte empírico. Isto ficará patente conforme formos avançando. Outra pressuposição problemática é a assunção de que o que é ontogeneticamente anterior permanece cognitivamente básico para o adulto também -- novamente, uma hipótese com pouco (se algum) suporte empírico.

Deixando de lado as muitas questões que essas pressuposições levantam, vamos examinar detalhadamente o funcionamento do Princípio de Naturalidade. No que diz respeito às sentenças ou cláusulas, as estruturas cognitivas relevantes são da forma

$$\left[M_1 \text{ ---(M)--> } M_2 \right]$$

onde todos os M são representações de sentidos, M₁ e M₂ representando entidades e ---(M)--> representando uma relação. A idéia é que as crianças desenvolvem muito cedo do distinções binárias básicas perceptualmente baseadas em três dimensões: (a) 'substantividade' (distinguindo Entidades de Relações); (b) 'direcionalidade' distinguindo o que é Saliente, i.e. cognitivamente anterior -- Figuras e Fontes -- do que é não-Saliente, i.e. cognitivamente subsequente -- Fundos e Recipientes) e (c) 'estatividade'

(distinguindo Relações Estativas Estáticas de Relações Ativas não-Estáticas). As cognições simples iniciais apropriam-se destas distinções e organizam o input perceptual na forma tripartite apresentada acima. Cada cognição básica é 'ordenada pela saliência', i.e., M_1 representa uma Figura ou uma Fonte e M_2 um Fundo ou um Recipiente; e estas cognições são de dois tipos básicos, conforme a relação seja Estativa ou Ativa (pp.113-114, 249-250).

O Princípio de Naturalidade afirma que sentenças simples com uma estrutura superficial Sujeito-Verbo-Objeto correspondem a essas estruturas cognitivas primitivas, e são, em consequência, naturais. Além disso, uma vez que o modelo de desempenho proposto por Osgood encaminha todo o seu processamento através do OPR, cuja estrutura tripartite interna é idêntica à das cognições primitivas, qualquer sentença simples que não se encaixe diretamente nesse molde requer mais processamento que uma sentença que se encaixe. A sentença 'não-natural' deve sofrer 'transformações' para ser enfim representada semanticamente nos termos do molde tripartite. Isto quer dizer que o modelo prediz que as sentenças 'não-naturais' vão requerer mais tempo de processamento, um fato que pode ser tomado como um indicador de sua maior dificuldade de entendimento (e produção).

Um primeiro conjunto de problemas aflorados por esta proposta tem a ver com o sistema de distinções semânticas básicas. Este sistema está, na verdade, baseado numa série de diferentes critérios que, a despeito dos esforços de Osgood, nem sempre coincidem. O primeiro critério é a 'primitividade'. Ele opõe o que é 'diretamente percebido' ao que é 'inferido' (pela criança). Assim, as 'Relações' são ditas "not directly perceptible but rather inferred from changes-in-states of... Entities" (p.112). Outro critério é que a criança aprende muito cedo a estabelecer distinções polares em dimensões como a Substantividade, Estatividade etc. Ora, a aprendizagem de uma distinção requer o estabelecimento simultâneo de seus dois pólos, não podendo, então, um deles existir (ou ser percebido) antes que o outro. Se Relações e Entidades não são mais do que os dois pólos da Substantividade, não faz sentido dizer que um delas é 'diretamente percebido' enquanto o outro é 'inferido'. Presumivelmente, é o conflito entre as exigências desses dois critérios que leva Osgood a dizer coisas como :

"while Entities (Ss and Os) are directly perceptible, the stative or action Relations (Vs) must be inferred from the stable (stative) or unstable (action) relations among entities" (p. 115).

Qualquer que seja a distinção sutil pretendida com o uso de maiúsculas em uma das ocorrências de 'Relação' e 'Entidade', mas não na outra, tal afirmação é, para dizer o mínimo, enigmática, pois parece basear as distinções cognitivas 'básicas' em distinções mais básicas ainda, do mesmo tipo. O problema é agravado pela apresentação por Osgood do sistema como hierarquicamente ordenado (cf. o diagrama em árvore da página 113). De acordo com suas definições, é apenas na dimensão da Direcionalidade que o par de conceitos 'cognitivamente anterior' vs. 'cognitivamente subsequente' se torna

disponível, e é apenas na dimensão da Estatividade que o conceito de 'estado' é caracterizado. Não obstante, ambos os conjuntos de conceitos são usados—como vimos acima—para dar conta de uma distinção hierarquicamente superior entre Entidades e Relações. Osgood, na verdade, oscila entre a afirmação de que as distinções são adquiridas "more or less simultaneously" (p.111) e a afirmação de que são o resultado de uma "progressive differentiation" (p.112). Mas isto certamente não é uma solução para o problema de assumir-se que uma hierarquia formalmente circular é uma estrutura cognitiva psicologicamente real (e básica).

As dificuldades são ainda mais agravadas pelo uso ambivalente que Osgood faz dos símbolos '+' e '-'. Em alguns casos eles apenas indicam a presença ou ausência de um traço (e.g. Substantividade), enquanto em outros casos eles (também) indicam uma certa ordem que se dá entre os dois pólos. Assim, Figuras e Fontes (+Direcional) são 'anteriores' aos Fundos e Recipientes (-Direcional). Mas, uma das tarefas para as quais o sistema como um todo é construído é a explicação da ordem dos componentes na estrutura de superfície, de acordo com o Princípio de Naturalidade. Assumindo que as 'Entidades' são representadas linguisticamente por nomes ou frases nominais, a ordem superficial 'natural' S-0 (Sujeito-Objeto) pode, então, ser explicada pela ordem cognitiva 'natural' (Figura-Fundo ou Fonte-Recipiente). Isto na verdade corresponde ao único universal real de ordem encontrado por Greenberg em seus estudos interlingüísticos (Greenberg 1963:77). E argumentos podem ser elaborados para suportar tal conclusão, uma vez que a 'direcionalidade' parece ser uma noção que intrinsecamente pressupõe 'ordem'. Osgood, no entanto, quer ir um passo além. Ele quer postular a 'naturalidade' da ordem superficial S-V-0. Para dar conta disso usando um raciocínio semelhante, ele precisa assumir que a ordem S-V também se baseia numa ordem cognitiva 'natural'. Assumindo que os Vs são realizações lingüísticas de 'Relações', a dimensão cognitiva relevante passa a ser a Substantividade, que distingue entre Entidades e Relações. Isto requer que o '+' e o '-' nesta dimensão sejam também interpretados como um par ordenado, que atribui uma certa 'prioridade' às Entidades sobre as 'Relações', o que responde à alegada naturalidade da ordem superficial dos componentes S-antes-de-V. A artificialidade óbvia deste procedimento fica patente na necessidade de descartar aqueles 10% das línguas do mundo que não respeitam esta ordem (as línguas V-S-0), ou na afirmação de que os falantes dessas línguas 'optaram' por um Princípio de Naturalidade diferente, "which highlights the nonperceptible Relations over the perceptible Entities -- which may explain their rarity" (p. 115).

Neste ponto, contrariando sua postura básica, Osgood parece esposar alguma versão de relativismo lingüístico. Ele parece admitir que as cognições pré-lingüísticas das crianças numa comunidade de falantes de uma língua VS0 são, desde o início, moldadas pela língua que elas ainda vão aprender. Este é um tipo de relativismo muito mais forte do que o sugerido por Whorf, que só se refere às cognições dos adultos³. Além disso, tal relativismo se choca com a tese fortemente defendida por Osgood da prioridade do 'pré-lingüístico' sobre o 'lingüístico' -- uma tese que é vista como um artigo de fé (cf. p.19), bem como com a idéia que perpassa toda sua teorização nes

te livro, isto é, a visão de que há certos mecanismos básicos, parte do 'hardware' humano, que são responsáveis pelos processos cognitivos lingüísticos e não-lingüísticos. Um dos tais mecanismos é o OPR, com sua estrutura tripartite fixa S-V-O. Podemos afirmar que outros povos (povos 'primitivos?') têm outro OPR, e são, em consequência, constitutivamente diferentes de nós, ou talvez possamos dizer que eles têm o mesmo OPR que nós e que a maior parte de suas sentenças são 'não-naturais' (não apenas para nós, mas também para eles)?

A suposição de que somos dotados de um OPR que prefere processar cognições tripartites simples deve ser justificada também em face de outras dificuldades óbvias. Uma delas --percebida por Osgood -- é o fato de que há muitas sentenças simples gramaticais e aceitáveis com menos ou mais de três componentes. No que diz respeito a sentenças com menos de três constituintes, Osgood afirma que elas são o resultado de apagamento de elementos redundantes, os quais, mesmo ausentes da estrutura superficial da sentença, são representados na estrutura cognitiva subjacente. Um destes casos seria o imperativo (para "Eat!, You eat your cereal" - p.115). Mas estruturas genuinamente de dois constituintes, tal como as sentenças intransitivas (e.g. Paula died - p.115), não podem ser ditas resultado de apagamentos. Para elas, Osgood tem outra solução: "to substitute a convenient \emptyset for the M_2 (i.e. a semantically 'empty' component)" (p.115). Nós não podemos nem imaginar qual a natureza desses "dummies", já que eles não são apenas sintaticamente vazios (como são os "dummies" usualmente encontrados na teoria lingüística) mas são também semanticamente vazios. Sua única função é preservar a estrutura tripartite postulada. A situação é ainda mais grave com as sentenças impessoais genuínas (e.g. "It rains" e Chove). É de se presumir que a estrutura cognitiva que subjaz a estas sentenças contém \emptyset s nos lugares de M_1 e de M_2 ⁴. Se for assim, o primeiro \emptyset deverá diferir funcionalmente do segundo. Já que, como vimos, os M_1 tornam-se 'tópicos' em MEM e é apenas através deles que os 'comentários' podem ser recuperados. Mas, como pode uma Entidade totalmente vazia providenciar indícios para a recuperação, uma vez que nada pode ser associada a ela?

Há também problemas relacionados às sentenças com mais de três constituintes, e.g. sentenças bitransitivas como "The big brother gives the ball to the little sister". O modo que Osgood encontra de reduzir tais sentenças ao molde tripartite é afirmar que

"the ball-object (the so-called D0) is perceptually 'embedded' in the transfer relation between human source and human recipient - therefore (...) the recipient (the so-called I0) is the real direct object (the M_2) in bitransitive sentences, contrary to the claims of traditional grammarians" (p.117).

De um ponto de vista estritamente lógico, o que Osgood está sugerindo é que todo predicado triádico pode ser reduzido a um predicado binário. Embora tecnicamente factivel, tal procedimento não vai apenas complicar excessivamente a estrutura lógica subjacente da teoria. Ela vai ser também lingüisticamente inadequada, uma vez que não

irão aprender generalizações (semânticas) significantes. Por exemplo, ao invés de uma regra semântica geral da forma

$$(x) (y) (z) (x \text{ dá } y \text{ a } z \supset z \text{ recebe } y \text{ de } x)$$

captando a relação semântica entre os predicados triádicos 'dar' e 'receber', a teoria deverá apresentar um conjunto de regras mais específicas da forma

$$(x) (z) (x \text{ dá-uma-bola a } z \supset z \text{ recebe-uma-bola de } x)$$
$$(x) (z) (x \text{ dá-um-livro a } z \supset z \text{ recebe-um-livro de } x)$$

etc.

Em alguns casos há evidências justificando a redução em apreço. A existência de pares em inglês como "x made a promise to y, x promised y"; "x made an offer to y, x offered y"; e "x made a sale to y, x sold y" é um caso a ser considerado. Os argumentos de Osgood repousam sobre tal evidência: "if such substitutions exist, 'absorption' of the third entity into the relation component is supported" (p.117). Em outras palavras, a existência dos verbos 'compactos' supostamente suporta a hipótese de que "a promise", "an offer" e "a sale" não são os objetos diretos reais de "made". Tais Entidades aparentes vão pertencer de fato à Relação e o objeto direto real será o Recipiente (y).

Parece, no entanto, que mesmo nestes casos aparentemente favoráveis, a redução não é garantida, como passaremos a ver. Quando 'verbos compactos' não existem ("John gave a bone to his dog → "John boned his dog") Osgood simplesmente afirma que a língua tem "lexical gaps" (p.118). De modo a garantir a validade de sua afirmação também para estes casos, ele apresenta evidência experimental que convincentemente mostra que em SVOD e em SVDO, o O (da análise sintática tradicional) é "more tightly bound to the V than to the D(ative)" (p.120). Não obstante, esta evidência meramente mostra que há uma ligação mais íntima entre V e O do que entre D e V. Ela não garante a redução dos argumentos do predicado (V) de três para dois. Além disso, num exame mais minucioso pode-se dizer que nas construções perifrásticas "made a promise", "made a sale" etc. o O ("a promise", "a sale" etc.) mantém uma vida sintática e semanticamente independente. Assim, podem ser modificadas por adjetivos e frases adjetivas de qualquer tipo, como em "made an extraordinary promise", "made a strong demand", "made the sale of the century", "made an unheard of offer" etc. As modificações adverbiais dos 'verbos compactos' correspondentes (e.g. "promised extraordinarily", "demanded strongly"), quando existentes, apresentam uma ambiguidade que não está presente na construção perifrástica. Assim, em "made an extraordinary promise" é o conteúdo da promessa que é extraordinário, enquanto em "promised extraordinarily" é ou o conteúdo ou o ato de prometer que é extraordinário (embora a última seja a interpretação mais usual) Mas para a maioria dos casos não há a construção adverbial correspondente ("*offered unheard-of-ly", "*sold of-the-centuryly" etc.) -- uma objeção à qual Osgood provavelmente replicaria dizendo que são também "lexical gaps"... Note-se que as formas

nao-compactas ("John made a promise to Mary") parecem ser diretamente interpretáveis como uma quantificação existencial sobre o 'objeto' da promessa, ou seja,

(\exists x) (John promised x to Mary).

O que quer dizer que elas são equivalentes não a "John promised Mary" (como sugere a fórmula de Osgood), mas a "John promised Mary something". Em ambos os casos, no entanto, fica claro que as sentenças têm três argumentos ligados à 'relação' e não dois, de modo que a existência de formas compactas não é argumento para a redução do número de constituintes. A inadequação do argumento de Osgood é novamente revelada quando usado em outras sentenças que não as bitransitivas. Ele será forçado a admitir que a sentença "x made a translation" tem apenas dois constituintes e não três (a expressão "a translation" pode ser 'compactada' na Relação ---(M) -->) na medida em que é possível ter "x translated". Deste modo, podemos acabar com 'componentes vazios' mesmo em sentenças onde os três componentes podem ser facilmente discernidos na estrutura superficial.⁵

Até aqui vimos considerando a 'naturalidade' apenas em sentenças simples. Mas Osgood estende essa noção também à ordem das cláusulas em sentenças complexas. Neste caso o Princípio de Naturalidade afirma que

"the natural order of processing by the OPERATOR is that which corresponds to the order in which the states and/or events referred to in the clauses are typically cognized in prelinguistic experience"(p.127).

As intuições que Osgood tem sobre as experiências prelingüísticas 'típicas' neste caso são baseadas na "orderly nature of the physical world", que garante a assunção de que nós "almost always" (sic!) percebemos os eventos na sua 'ordem natural', i.e. o evento antecedente antes do conseqüente (mamãe se despe e então mamãe se deita), a causa antes do efeito (papai derruba o copo e então o copo se despedaça) etc. (p.127). Se a ordem das cláusulas de uma sentença complexa é 'natural', neste sentido visto acima, cada cláusula será processada na sua vez e armazenada nas posições para 'GOG₁' e 'GOG₂' no OPR, com um tempo de processamento mínimo. Se a ordem é 'não-natural' (e.g. Antes de mamãe chegar, papai estava dormindo), a primeira cláusula deve ser estocada temporariamente no BUF até que a segunda seja processada, e só então todo o complexo pode ser armazenado no OPR na ordem própria e transferida para o MEM. Como conseqüência, "unnatural clause ordering in complexes will produce increased processing time"(p.128)

Consideremos uma sentença complexa envolvendo duas cláusulas e um relator ("conjoiner"). Ela será natural se as duas cláusulas estiverem ordenadas segundo a ordem em que os fatos por elas referidos são 'tipicamente' percebidos na experiência pré-lingüística (uma ordem que se reflete na seqüência COG₁-COG₂), e se o relator ocupar a 'posição relacional típica', i.e., se estiver localizado entre as duas cláusulas. Isto é o que acontece na sentença (1) abaixo.

(1) "Mary got undressed before she went to bed".

Se alguma dessas duas condições não for satisfeita, a sentença apresentará um certo grau de 'não-naturalidade', como em (2) e (3).

(2) "After Mary got undressed, she went to bed."

(3) "Mary went to bed after she got undressed".

A 'não-naturalidade' máxima para este tipo de sentença ocorre quando ambas as condições são violadas, como em

(4) "Before Mary went to bed, she got undressed".

Assumindo, como Osgood, que a ordem dos COGs tem mais peso na determinação da naturalidade que a posição do relator, as sentenças acima apresentam uma diminuição de naturalidade na ordem (1)-(2)-(3)-(4). A explicação de Osgood para estes fatos pode ser resumida na tabela 1. O Princípio de Naturalidade prediz que o aumento

TABELA 1 - Naturalidade de COGs Coordenadas: a hipótese da 'posição do relator'.

			ordem natural dos COGs	posição natural do relator	graus de não-naturalidade	exemplos: nº das sentenças
	COG ₁	R ₁ ⁶ COG ₂	+	+	0	(1)
R ₂	COG ₁	COG ₂	+	-	1	(2)
	COG ₂	R ₂ COG ₁	-	+	2	(3)
R ₁	COG ₂	COG ₁	-	-	3	(4)

da 'não-naturalidade' corresponde ao aumento do Tempo de Reação (RT), e esta predição é parcialmente suportada por resultados experimentais⁷.

Assumindo que as predições são totalmente confirmadas pelos dados, a questão é se a explicação de Osgood para esses dados é a mais simples possível, dadas as suas assunções básicas. Este não parece ser o caso. Consideremos uma explicação alternativa. Há boas razões lingüísticas para assumir que ao menos os relatores adverbiais como "before" e "after" não são elementos relacionais neutros, colocados entre cláusulas ou COGs. Mais que isso, eles parecem pertencer a uma delas. Nas sentenças (1)-(4) pode-se observar que "before" sempre precede imediatamente o COG₂, enquanto "after" sempre precede imediatamente COG₁. Assim, é razoável assumir que qualquer dos COGs, quando movido, leva consigo o advérbio. Além disso, a presença do advérbio não estabelece apenas uma relação temporal entre os eventos, mas também coloca uma distin

ção, digamos, de "background" e "foreground". Assim, a cláusula contendo o advérbio expressa o "background" sobre o qual a outra cláusula deve ser entendida. Em (1), por exemplo, "Mary got undressed" é apresentada como se referindo a um fato que deve ser entendido em relação com outro fato, a saber, o fato referido por "Mary went to bed". A teoria de Osgood já contém um princípio de 'naturalidade' para a relação entre 'background' e "foreground" -- o Princípio de Direcionalidade -- segundo o qual a ordem "foreground - background" é a 'natural'. À luz deste princípio e da análise proposta, as mesmas predições sobre o grau de naturalidade podem ser explicadas como na tabela 2. Tal explicação, além de sua adequação a fatos sintáticos bem conhecidos, é

TABELA 2 - Naturalidade de COGs Coordenadas: a hipótese de 'foreground e background'.

	ordem natural dos COGs	ordem natural foreground/background	graus de não naturalidade	exemplos: nº das sentenças
COG ₁ (<u>before</u> COG ₂)	+	+	0	(1)
(<u>after</u> COG ₁) COG ₂	+	-	1	(2)
COG ₂ (<u>after</u> COG ₁)	-	+	2	(3)
(<u>before</u> COG ₂) COG ₁	-	-	3	(4)

mais simples que a de Osgood na medida em que não faz uso de uma assunção problemática de naturalidade: a assunção da 'posição mediana natural' das relações. É também mais simples -- pelas próprias assunções de Osgood -- em outro aspecto. Osgood assume na verdade que o OPR tem lugar apenas para os traços semânticos dos COGs e não para elementos relacionais independentes que ligam dois COGs. Isto quer dizer, na estrutura cognitiva não há uma posição 'mediana' à qual a alegada posição 'mediana' da estrutura superficial possa (ou não) corresponder. Conseqüentemente, de acordo com Osgood, o relator deve ser incorporado em um dos COGs. Nossa proposta satisfaz naturalmente este requisito, já que atribui o elemento relacional a uma ou outra das duas cláusulas. Osgood assume, além disso, que o relator é sempre unido ao COG₁, uma assunção cujo único efeito é gerar, para sentenças 'naturais' como (1), estruturas cognitivas da forma:

"COG₁: MARY GOT UNDRESSED BEFORE
COG₂: MARY WENT TO BED"

que por estarem em desacordo com suas estruturas superficiais, trazem dificuldades acessórias na explicação de sua 'naturalidade'⁸.

Outro problema que vale a pena mencionar na análise das sentenças complexas de Osgood tem a ver com seu tratamento da distinção entre e e mas. Contrariamente ao e, o mas não relaciona dois elementos, mas envolve tipicamente um terceiro. Assim, em

(5) João não é um economista, mas é um homem de negócios,

enunciado em um contexto em que alguém está procurando por um especialista em assuntos econômicos e o nome de João foi sugerido, as duas cláusulas coordenadas são relacionadas a um terceiro 'COG', não explícito, que poderia ser expressado em

(6) João é um especialista em assuntos econômicos.

Enquanto a primeira cláusula em (5) é um argumento contra (6), a segunda é um argumento a favor de (6), e em seu todo (5) sustenta (6)⁹. Para sermos exatos, em alguns casos o terceiro elemento pode ser idêntico à segunda cláusula, mas nenhuma análise do mas pode se restringir apenas a estes casos especiais. Em particular, a 'incongruência' ou oposição mencionada por Osgood não é uma oposição direta entre duas cláusulas, mas é mediada, em geral, pelo componente implícito mencionado. Uma explicação das diferenças entre as sentenças coordenadas por mas e por e em termos da atribuição dos traços semânticos '-Congruentes' às primeiras e '+Congruentes' às segundas (cf.p.128) meramente atribui etiquetas a fenômenos semânticos. Não se explica como tais sentenças são interpretadas. Neste sentido, a solução de Osgood é tão enganosa quanto as soluções tradicionais que atribuem a mas traços como "indica um contraste", "sugere uma oposição", "refere-se a uma expectativa oposta" etc.

De modo geral, pode-se dizer que o tratamento da 'naturalidade' de Osgood, tanto para as sentenças simples como para as complexas, sofre com uma falta de flexibilidade, derivada de sua postulação de mecanismos cognitivos rígidos. Isto o torna excessivamente insensível aos diferentes requisitos de uma abordagem semântica apropriada a uma variedade de formas linguísticas, bem como às pressões pragmáticas da variação contextual. Exemplos de tal inflexibilidade temos na postulação de relatos ligados ao COG₁, na estrutura tripartite dos COGs simples, na ordem fixa dos elementos em tais COGs, e assim por diante. Osgood poderia aumentar a flexibilidade de sua noção de naturalidade abandonando a atribuição de 'primitividade' ontogenética (e a prioridade epistemológica decorrente) a certas estruturas cognitivas. Não seria mais plausível assumir que nosso conhecimento do mundo é organizado em termos de certos "scripts" ou "esquemas", que podem diferir em sua ordem causal ou temporal, de acordo com seus domínios? Nesse caso, ao invés de operar em termos de um molde fixo, a cognição deveria estruturar o "input" em termos de diferentes 'gabaritos', determinados pelo contexto mais do que pela forma, e a 'naturalidade' das sentenças seria julgada de acordo com eles. A relativização da naturalidade assim obtida pode não ser ainda suficiente, se o conjunto de esquemas for concebido --como usualmente é-- como contendo apenas fragmentos estereotipados do nosso conhecimento do mundo (i.e., o "background"

normal). Relações causais, por exemplo, são notoriamente difíceis de estabelecer sem pressupostos específicos -- mais do que pressupostos gerais. Considere-se, por exemplo, uma enunciação de

(7) João não tem namorada; ele vai a Nova Iorque uma vez por semana.

A ordem das cláusulas não fornece, "per se", nenhuma indicação da relação causal entre os dois fatos descritos. João pode ir a Nova Iorque porque ele não tem namorada ou vice-versa (ver Dascal 1977:324). Não há um esquema 'standard' que possa nos ajudar aqui. Apenas suposições específicas sobre as intenções do falante ao enunciar tal sentença, sobre os seus conhecimentos (e dos ouvintes) dos hábitos, desejos, e motivações de João podem permitir a atribuição apropriada de relação causal neste caso. Das essas suposições, o enunciado é 'naturalmente' interpretado em um sentido ou em outro. Estendida deste modo, a noção de naturalidade adquirirá a necessária flexibilidade para dar conta da sensibilidade-ao-contexto de nossa compreensão e produção de sentenças, e para acomodar mais facilmente os fatos lingüísticos recalcitrantes.

Talvez algumas das dificuldades mencionadas possam ser resolvidas pela adição ao modelo de um componente pragmático conveniente. Mas por que, em primeiro lugar, deve Osgood insistir em postular tal 'Leito de Procusto' cognitivo, que o obriga a tratar vários fatos lingüísticos comuns como exceções ou desvios? Seus argumentos para a justificação de tais mecanismos são bastante estranhos. O Princípio de Naturalidade requer a possibilidade de comparar estruturas lingüísticas e estruturas 'cognitivas'. Estas últimas, no entanto, são postuladas com base em evidências lingüísticas, tais como a existência de certos supostos universais da linguagem. Mas, tais evidências não sustentam univocamente a postulação de tipos específicos de mecanismos cognitivos. Enquanto muitas sentenças têm três componentes (S,V,O), há também muitas sentenças que têm 'genuinamente' mais ou menos componentes. Do mesmo modo, enquanto muitas línguas são SV0, há muitas línguas que não o são. Para desconsiderar a evidência contrária, precisa-se ter suporte independente, não-lingüístico, para os mecanismos cognitivos propostos. O fato de que o modelo é consistente com muitos dados de RT não é suficiente tampouco¹⁰, já que, dada a liberdade na postulação de mecanismos cognitivos, mesmo um modelo baseado numa gramática de competência 'standard' chegaria a resultados semelhantes. A menos que a escolha de tais mecanismos seja mais restringida e independentemente justificada, por meios outros que não o apelo a "articles of faith" (p.119) e 'intuições' sobre o que é natural no processo de cognição pré-lingüístico (p.111), o modelo proposto será culpado de selecionar arbitrariamente como básicos aqueles construtos que seu autor privilegia (cf. p.73), e, eventualmente, de se apoiar em ingênuas suposições metafísicas implícitas¹¹.

Osgood se apercebe da necessidade de evidência independente relativa a parte cognitiva de sua tese psicolingüística, como quando critica Whorf: "he rarely makes any independent observation on the cognitive processes of language users" (Osgood 1963:318). No mesmo trabalho, programático e profético, que Osgood, curiosamen

te, não inclui na bibliografia do presente livro, ele esboça tanto um modo de tratar as exceções aos pretensos universais lingüísticos, quanto uma solução para a situação paradoxal de termos evidências a favor e contra a hipótese de Whorf. Quanto às exceções, ele defende o valor dos universais 'não-universais', i.e., aqueles universais estatísticos que admitem exceções. De acordo com Osgood, as exceções não nos devem levar a abandonar tais universais mas a procurar outros princípios funcionais que integrem com o princípio universal e assim explicar as exceções:

"The point is that scientific laws are not merely honored by their exceptions - they are literally manufactured out of their exceptions. Exceptions reflect interactions among the whole set of functional laws. Language Z does not display regularity X because laws 1, 2 and 3 operate in one way under condition alpha and quite differently under condition beta" (Osgood, 1963:302).

De acordo com esta idéia, a não-naturalidade de sentenças que não apresentam uma forma superficial SV0 em uma língua SV0 deve ser explicada pelo apelo a algum outro princípio funcional. Para isso Osgood emprega, na verdade, um Princípio de Saliência. As pessoas produzem tais sentenças não-naturais quando têm algum motivo para destacar componentes específicos normalmente não destacados pela forma SV0. O fato de que tais sentenças são menos naturais, embora psicologicamente motivadas, é confirmado pelo RT maior requerido para sua compreensão e produção. Mas e sobre as línguas VSO? Aqui o princípio auxiliar da saliência não é de nenhuma ajuda, já que para os falantes da língua a maioria das sentenças têm uma forma superficial VSO. Além disso, tais sentenças - deve-se presumir - requerem desses falantes tempo de processamento menor do que, digamos, sentenças SV0. Devemos então dizer que, embora essas sentenças sejam não-naturais para eles (já que sua forma não corresponde à estrutura de seu OPR), eles as processam rapidamente porque, dada sua enorme frequência, é desenvolvido um hábito que automatiza tal processamento? A capacidade de desenvolver tais hábitos poderia ser o princípio funcional adicional envolvido. Mas tal hipótese, se levar em consideração os dados de RT, implicará em que a automação de certas transformações de fato elimina seu efeito sobre o tempo de processamento. Assim, a hipótese do hábito não pode ser distinguida empiricamente da hipótese que considera diferente, em falantes de línguas VSO, a estrutura do OPR. Aparentemente, é a última possibilidade que Osgood adota quando fala que essas pessoas têm outro Princípio de Naturalidade (cf. p. 115). Mas então a exceção em apreço não leva a uma investigação das interações entre o Princípio de Naturalidade e outros princípios funcionais, mas, pelo contrário, leva ao abandono de sua postulação como um princípio universal.

Em sua discussão do relativismo psicolingüístico, Osgood argumenta que não há inconsistência em ser-se, ao mesmo tempo, um universalista e um relativista, desde que se distinga entre aqueles fenômenos que "depend upon the structure of the mediating system (either affective or discriminatory)" (Osgood 1963:320) e aqueles

que não o fazem. Nos primeiros, a universalidade psicolinguística predomina, enquanto nos últimos predomina a relatividade psicolinguística. Os sistemas mediadores efetivos em questão são aqueles relacionados com os três fatores revelados pela técnica do Diferencial Semântico - Avaliação, Potência e Atividade -, enquanto os sistemas discriminatórios são aqueles derivados das leis perceptuais de padronização, agrupamento etc. Aparentemente, a estrutura do OPR, que é baseada no conjunto de distinções adquiridas muito cedo na experiência linguística (i.e., Substantividade, Direcionalidade e Estatividade), parecem pertencer ao sistema mediador discriminatório. Em consequência, de acordo com Osgood, dever-se-ia esperar que apresentasse universalidade psicolinguística. É por isso, possivelmente, que o OPR é apresentado como uma característica do "hardware" biológico humano. Mas isso é inconsistente, nas próprias suposições de Osgood, com a conversa de existir outro tipo de OPR, o que implica, como vimos, em relativismo psicolinguístico.

IV

A APG se propõe uma gramática do desempenho, i.e., uma explicação do comportamento linguístico observável. Mas a descrição do aparato cognitivo e o Princípio de Naturalidade não são suficientes para tal propósito. Por um lado, o comportamento linguístico não é sempre (se o é alguma vez) um reflexo direto das "estruturas cognitivas profundas" que supostamente subjazem a ele. Por outro lado, a organização detalhada da informação linguística, mesmo quando 'natural', não pode ser inteiramente explicada em termos da noção de naturalidade e da estrutura do aparato cognitivo proposto. A teoria deve então ser complementada por princípios e mecanismos adicionais. Presumivelmente, parte desses princípios e mecanismos devem pertencer à pragmática, na medida em que se relacionam com coisas como máximas conversacionais, requisitos de polidez, circunstâncias contextuais dos enunciados, e outros fatores que impõem restrições à seleção e compreensão, num dado contexto, de uma expressão linguística particular para um certo conteúdo cognitivo. Mas, de acordo com Osgood, há outros princípios, não-pragmáticos - "very primitive universals in human thinking" (p.141) -, que devem ser incorporados à APG. Ele discute dois conjuntos de tais princípios adicionais. Um deles, 'Dinâmica da Saliência', se destina a explicar a produção e a compreensão de sentenças não-naturais. O outro, 'Psico-lógica', se propõe a explicar nossa aparente preferência por processos de cognição 'congruentes' ao invés de 'incongruentes' e 'positivas' ao invés de 'negativas', tal como se pode ver pelos RTs menores que os primeiros membros de ambos os pares apresentam.

Vamos olhar primeiro o segundo conjunto de princípios adicionais. Osgood observa que tanto a linguística quanto a psicologia cognitiva estão impregnadas de bipolaridades: traços semânticos são diferenciados em termos de oposições afetivas polares, marcação vs. não-marcação é um universal linguístico, etc.; noções como equilíbrio vs. desequilíbrio, consonância vs. dissonância, congruência vs. incongruência

são centrais, de acordo com Osgood, em teoria psicológica. Osgood observa, além disso, que esses pares polares são assimétricos no sentido de que os membros positivos são preferidos: inconsistências causam 'stress' psicológico cuja resolução requer a restauração da consistência. E, finalmente, ele nota que há uma tendência na direção do que ele chama de 'polaridade paralela', que requer que os componentes de uma cognição ou de uma sentença 'concordem' em sua polaridade, i.e., positivos devem ir com positivos e negativos com negativos, não importando a dimensão na qual a polaridade é definida. Por exemplo, "He seldom has any money" e "He often has some money" são naturais ("seldom" e "any" são ambos negativos, e "often" e "some" são positivos, em diferentes dimensões) enquanto "He seldom has some money" e "He often has any money" são estranhas (cf. p. 140). Estas observações são consideradas manifestações dos 'universais primitivos do pensamento humano', já expressados, de acordo com Osgood, no velho livro da sabedoria chinesa, o I Ching¹².

Tal sabedoria se encaixa na teoria de Osgood por meio de duas noções, 'Pollyanaísmo' e 'Psico-lógica'. A primeira é simplesmente a idéia de que o aparato cognitivo humano é construído de tal forma que se torna difícil processar a 'negatividade'. A negatividade pode tomar uma de três formas: negação explicitamente marcada, negatividade afetiva e incongruência cognitiva. Os princípios Pollyana I, II e III são generalizações empíricas de resultados experimentais. Eles apenas garantem ao fato de que a positividade é mais rapidamente processada o estatuto de um princípio, sem oferecer, contudo, uma explicação para este suposto fato. Tal explicação deve se basear, por exemplo, na assunção de que a negatividade, em qualquer de suas formas, envolve mais complexidade, requerendo assim mais RT. À luz dessa assunção, o rótulo 'Pollyana' é enganador, já que o que é característico da personagem Pollyana é a recusa de aceitar uma interpretação negativa. Mas, o que os dados experimentais garantem é apenas a conclusão de que interpretações negativas são mais difíceis de computar, mas não que elas são sistematicamente rejeitadas. De fato, para obter interpretações positivas para eventos (ou sentenças) à primeira vista negativos, Pollyana tem que realizar algum processamento extra. Assim, de modo a ficar feliz por ter ganho um par de muletas como presente, Pollyana tem que dar-se conta de que muletas são usadas por alguém que é aleijado (algo negativo) e contrastar isto com o fato de que ela não é aleijada. Claramente, sua atitude é uma cognição complexa que pode ser expressada tipicamente pelo uso de mas: "Eu ganhei muletas mas sou feliz". Uma interpretação otimista mais do que uma interpretação pessimista teria, neste caso, o efeito de aumentar ao invés de diminuir o RT.

O rótulo 'Pollyana' seria mais apropriado para um dos princípios da 'Psico-lógica' de Osgood, a idéia de que há uma pressão para a resolução de incongruências pela restauração da congruência (presumivelmente em um nível mais elevado). Mas mesmo neste caso ele ainda seria enganador, uma vez que sugere que há um certo modo preferencial de restaurar a congruência, modo que favorece o otimismo, transformando traços negativos em positivos. Assim, em termos da álgebra de Osgood para a Dinâmica da Congruência entre constituintes (cf. pp.160-163), isto significaria que sempre que

o sinal total da cognição é '-', denotando incongruência entre seus constituintes, como em Os estudantes de Berkeley admiram Ronald Reagan (que é uma cognição [-+]) para um conservador e [+--] para um radical), um conservador, 'polianista' iria resolver a incongruência 'positivizando', Os estudantes de Berkeley, e um radical 'polianista' iria 'positivizar' Ronald Reagan. Mas, obviamente, a incongruência poderia também ser resolvida pela 'negativização' de Ronald Regan ou Os estudantes de Berkeley, respectivamente. Neste sentido, a Dinâmica da Congruência não é nem otimista nem pessimista, intrinsecamente, um fato que é apenas obscurecido pelo rótulo Pollyana. Os princípios da Dinâmica da Congruência apenas fornecem elementos para a detecção da incongruência e para a necessidade de resolvê-la, mas eles não determinam qual dos componentes deve ser modificado e em qual direção, de modo a resolvê-la. Possivelmente, isto poderá ser realizado somente se levarmos em conta mais informação contextual, i.e., com a ajuda do componente pragmático que está faltando na teoria¹³.

Como no caso das cognições simples, onde a 'Psico-lógica' apenas nos diz que há alguma incongruência que requer a modificação do sinal de um dos constituintes, e não nos dá nenhuma pista sobre qual constituinte deve ser modificado, também a presença de mas num complexo meramente indica que as duas cláusulas coordenadas diferem em sinal. Se acontece de elas terem 'naturalmente' o mesmo sinal, como em João adora sorvete mas eu também, tudo que nós sabemos é que o sinal de um dos constituintes deve ser modificado. Ainda, o único meio que a teoria tem para fazer isso é a modificação do sinal de algum constituinte de uma das cláusulas. Portanto, os únicos candidatos serão João ou eu, já que são os únicos constituintes que não aparecem em ambas as cláusulas. Ou seja, o ouvinte deverá atribuir um sinal '-' ou a João ou a eu presumindo que adorar e sorvete são positivos). Mas, além do fato de parecer ad hoc e contra-intuitivo proceder assim, tal abordagem não nos dá nenhuma indicação sobre qual das duas modificações possíveis deve ser preferida. Portanto, não nos dá nenhuma sugestão sobre como interpretar a sentença complexa. Se, no entanto, empregarmos a análise de mas mencionada previamente, torna-se possível relativizar-se as noções de 'positivo' e 'negativo' com respeito ao terceiro elemento, ao qual ambas as cláusulas se referem argumentativamente. Nós podemos dizer, então, que a primeira cláusula, embora talvez intrinsecamente positiva, é negativa com respeito a uma conclusão implícita (no sentido de ser um argumento contra ela), enquanto a segunda cláusula é positiva com respeito à mesma conclusão¹⁴. Apenas esta 'positividade' e 'negatividade' relativizada é relevante para a interpretação das sentenças com mas. A vantagem adicional desta solução é que ela prediz que é sempre a primeira cláusula que é negativa (relativamente), enquanto a segunda será (relativamente) positiva. Além disso, ela também prediz que a significação total da sentença complexa é positiva com respeito à conclusão implícita. Se estendida e modificada deste modo, a 'Psico-lógica' de Osgood pode tornar-se útil numa teoria da interpretação pragmática. O preço, obviamente, é a redução considerável da importância atribuída por Osgood às noções absolutas de negatividade e positividade.

Este é um preço que Osgood obviamente não quer pagar, já que tais no

ções são a 'espinha dorsal' de sua explicação dos traços semânticos, que por sua vez é a 'pedra angular' de toda sua teoria. Isto se torna claro quando se considera "The Finer Semantics of Congruity Interactions" (pp.180-184). No concernente à congruência intra-constituintes, estas regras explicam a 'fusão' das cadeias ("code-strips") semânticas de cada palavra-forma incluída no constituinte. Se um traço tem o mesmo sinal em duas palavras-forma do mesmo constituinte, o resultado é uma intensificação do traço (e.g. fúria violenta)¹⁵. Se um traço tem um sinal em uma palavra-forma do constituinte, e nenhum sinal (zero) no outro, isto estabelece modificação no sentido de todo o constituinte, que assume a polaridade e a intensidade da forma assinalada (em esperança viva, a esperança é mais Ativa). Se o mesmo traço tem sinais opostos, isto leva à anomalia semântica (e.g. contemplação violenta). Claramente está se supondo que tais regras dão conta da combinação ou amálgama de palavras-forma, tarefa desempenhada numa semântica componencial como a de Katz pelas regras de projeção (cf. Katz 1972:114-115). Sem pretender assumir o sistema de Katz, pode-se mostrar que uma de suas vantagens sobre o sistema de Osgood é que ele leva em conta a estrutura sintática na especificação do processo de amálgama. Uma vantagem mais importante é que o sistema de Katz é planejado para dar conta de relações lógicas como implicação, contradição, exclusão, tautologia etc. A 'Psico-lógica' de Osgood, embora em algum sentido pretenda substituir ou ao menos abranger a lógica das relações semânticas, não parece equipada para fazê-lo. Assim, o simples fato de que há uma relação de exclusão entre cada membro da família dos nomes de cores (se x é verde, então não é vermelho, não é azul, não é amarelo etc.), de modo que não se pode dizer de um mesmo x (ou de uma mesma porção dele) que é simultaneamente azul e vermelho - claramente um caso de incongruência de algum tipo -, não pode ser tratado no sistema de Osgood. Presumivelmente, cada cor deveria ser representada por um subconjunto de traços diferente ao invés de por um valor numérico de um único traço, digamos, Colorido¹⁶. Por outro lado, uma vantagem do sistema de Osgood é que ele dá conta do modo de operação peculiar dos traços semânticos conotativos, particularmente quanto ao fenômeno da intensificação, que não pode ser tratado num sistema como o de Katz. Mas é óbvio que a noção 'Psico-lógica' de oposição/polaridade afetiva não pode, enquanto tal, substituir as noções lógicas de contradição, exclusão etc.

Para a congruência inter-constituintes em cognições simples, a 'semântica mais fina' ("Finer Semantics") sugere modos de resolver a tensão cognitiva que se espalha "simultaneously across all three components" (p.182) sempre que entre eles ocorre incongruência. Tal tensão deve ser resolvida por modificações no significado de certos constituintes, ou pela seleção de um dos sentidos alternativos de palavras-formas potencialmente ambíguas, ou ainda por interpretações metafóricas. O único caso para o qual Osgood parece ter um princípio que diz qual constituinte deve ser modificado e como deve sê-lo, é o das cognições estativas simples. Um princípio de 'fusão à esquerda de informação semântica' (pp.182-183) assegura nestes casos que a informação de M_2 é incorporada à de M_1 por meio da relação predicativa. Maria é bonita torna-se assim, semanticamente, Maria bonita. Isto reduz a congruência inter-constituintes à

congruência intra-constituintes, e as mesmas três regras mencionadas acima (intensificação, modificação por acréscimo, e anomalia) se aplicam. Quando a incongruência é detectada - e os exemplos discutidos são todos casos de violação de alguma restrição de seleção (na terminologia de Katz) - as anomalias podem ser evitadas por interpretações metafóricas. Isto equivale a trocar um ou mais traços de M_1 à vista dos traços de M_2 . Assim, em "The thunder shouted down the mountainside, the +Potent thunder is 'humanized' by the +Potent and +Human shouted" (p.183). Uma preferência similar por seleção à esquerda dos candidatos à modificação está presente no tratamento que Osgood dá às cognições não-estativas simples¹⁷:

"And just imagine the 'boggling' of the mind of one who says 'I'm just buying time' and someone asks him 'how much are you paying for it!'." (p.183).

Contudo, tal princípio é claramente restritivo em excesso. Num contexto apropriado (e.g., uma conversa entre dois anunciantes de TV) será "time" (o elemento à direita) que se tornará -Abstrato, e não "buy" que se tornará +Abstrato¹⁸. O princípio de Osgood favorece um tipo de interpretação unidirecional de metáforas e ignora as possibilidades de interpretações na direção oposta e as interpretações bidirecionais ou 'interativas'¹⁹. A 'Psico-lógica' não é suficientemente determinada nem suficientemente flexível para dar conta da grande variedade de modos pelos quais a incongruência afeta a interpretação.

Vejamos agora o outro conjunto de princípios auxiliares: a 'Dinâmica da Saliência'. Temos aqui um conjunto de princípios realmente funcionais, cujo propósito é explicar a ocorrência, em grande número, de sentenças que violam o Princípio da Naturalidade, ou seja, todas aquelas sentenças que são ordenadas 'não-naturalmente'. Osgood apela novamente aqui à noção de 'saliência', que já foi utilizada na formulação do Princípio de Naturalidade, sob o rótulo de 'Direcionalidade'. M_1 , como já vimos, é sempre cognitivamente saliente no sentido de que é Figura ou Agente, opostos a Fundo e Recipiente, respectivamente. Osgood chama agora de 'natural' este tipo de saliência. A saliência 'não-natural' será induzida por outras variáveis psicológicas como vividez, motivação-do-falante e topicalidade. Sempre que estes fatores estão presentes, eles competem com a saliência 'natural' e podem resultar em sentenças 'não-naturais'. Pode-se dizer que estas variáveis definem, na verdade, componentes psicológicos (sujeito psicológico, predicado psicológico etc). enquanto as variáveis que afetam a saliência natural definem os componentes lógicos ou semânticos da sentença. Da do que tanto a produção quanto a compreensão se dão via OPR, que é definido em termos de componentes lógicos ou semânticos, sempre que os componentes psicológicos não coincidem com os lógicos, um conjunto de transformações é necessário para garantir a correspondência.

Osgood descreve tais transformações, na produção e na compreensão, em termos de interações entre BUF e OPR, discutindo alguns poucos exemplos (veja a próxi

ma seção). Em seus exemplos de produção as variáveis de saliência são simplesmente representadas por alguns marcadores especiais como 'DADA A SALIÊNCIA DE', 'DADA A EGO SALIÊNCIA DE' ou 'DADA A MOTIVAÇÃO DO FALANTE PARA', etc., mas o estatuto formal preciso destes marcadores não é discutido, nem sua origem no aparato cognitivo é esclarecida. Além disso, na compreensão, tais marcadores não são inseridos no decorrer do processamento de uma sentença 'não-natural', de modo que a informação veiculada pelo uso da 'não-naturalidade' não é preservada na interpretação. Neste sentido, Osgood - o crítico da gramática gerativa - parece estranhamente fiel a um dos dogmas das primeiras versões da gramática gerativa, a idéia de que as transformações não alteram o significado. Seu modelo, contrariamente a algumas versões da gramática gerativa, não tem nem mesmo meios de manter vestígios da história derivacional da sentença (ele poderia usar um BUF separado para este propósito?) como um meio de preservar esta informação. Note-se que a estrutura tópico/comentário de MEM não ajuda neste caso porque automaticamente toma o M₁ do OPR como o tópico, de modo que só pode representar os tópicos 'naturais' e não outros componentes 'topicalizados'.

V

Os Princípios Funcionais VIII-I (para a produção) e VIII-II (para a compreensão) constituem o componente transformacional da gramática de Osgood. A forma usual de 'regras de reescritura' é substituída por 'instruções operacionais' que têm a ver principalmente com a interação entre dois mecanismos cognitivos, o OPR e o BUF. Considere, por exemplo,

"F VIII-I (B) Saliency dynamics operating on the Speaker may produce displacements of constituents (or parts thereof) of simplexes and whole clauses of complexes from their natural order, leaving semantically 'empty' (∅) or reduced components: (1) if, for simplexes, the displacement via overt expression (movement 'leftward' for earlier expression) or via transfer to the BUFFER (movement 'rightward' for later expression) leaves the remaining constituents (or parts thereof) in natural order for expression, the remainder of the cognition is simply expressed, and no (further) use of BUF is required; (2) if, for simplexes, the displacement of constituents (or parts thereof) leaves the remainder in an unnatural order for expression, than (further) use of BUF is required" (p.200)

que se destina à produção de uma série de fenômenos lingüísticos, um dos quais é a topicalização. Uma sentença como "A martini I will have" é produzida a partir da cognição 'natural' "I will have a martini". Supondo-se que esta última já foi recuperada de MEM e transferida a OPR, Osgood dá conta da topicalização em termos das seguintes

'operações cognitivas':

- "(1) Given SPKR MOT, EXP A martini → [I/will have/ ∅]
(2) EXP remainder, I will have" (p.200).

A flecha indica as mudanças resultantes no conteúdo de OPR (ou os conteúdos estocados em BUF), 'SPKR MOT' indica uma das variáveis da saliência, a 'motivação-do-falante', e 'EXP' (abreviação de Expressão) indica as operações envolvidas na transferência de material de OPR para LEX e daí para diante, pela camadas do 'Ovo Negro' do comportamento. O princípio correspondente para a compreensão é:

"F VIII-II (C) When the use of BUFFER is required for comprehending simplexes ...: (1) if the constituent in which unnaturalness is detected is itself initial (i.e., in the M_1 component), (a) it is transferred from OPR to BUF, (b) remaining constituents move 'leftward', and (c) such OPR/BUF transfers continue ... until a constituent natural in M_1 appears; (2) if the constituent in which unnaturalness is detected is noninitial [i.e., in the $--(M)->$, the M_2 or in information subsequent to a completed cognition], (a) the single constituent immediately prior to ('leftward' of) that providing the unnaturalness cue is transferred from OPR to BUF, (b) remaining constituents move 'leftward', and (c) such OPR/BUF transfers continue until a constituent natural in M_1 [or in $--(M)->$ if M_1 is already 'naturalized'] appears; (3) following either (1) or (2) the constituents in BUF are returned to the now 'empty' component or components... thereby completing cycle 1" (p.213).

No caso de "A martini I will have", dá-se conta da topicalização por:

- "(1) Since I unnatural for $--(M)->$ slot, BUF a martini → a martini in BUF
(2) Shift remaining constituents 'leftward' → [SPKR/will have/ ∅]
(3) Returning a martini from BUF to empty M_2 slot → [SPKR/will have/ a martini]" (p.213).

É importante notar que o compromisso de Osgood com uma gramática do desempenho que substitui uma gramática da competência, ao invés de complementá-la, obriga-o a formular princípios diferentes para dar conta da produção e da compreensão de sentenças. Sem dúvida, os processos de produção e compreensão são psicologicamente diversos. Pode-se obter evidências para esta diferença de uma série de observações, entre as quais Osgood menciona o suposto fato de que a compreensão precede a produção na aquisição da linguagem (cf.p.127)²⁰. Obviamente, deve-se dar conta de tais diferenças psicológicas. Isto não implica, no entanto, que os processos não compartilhem ne

nhum componente²¹. Em particular, pode-se especular se não se estão perdendo generalizações importantes pelo desprezo da possibilidade de que alguma regra 'abstrata', neutra quanto a sua 'direção', seja utilizada por ambos os mecanismos. Na verdade, se dispuséssemos de tais regras, elas poderiam não apenas reduzir a redundância da abordagem de Osgood, mas também superar a dificuldade apontada acima, isto é, o fato de que a informação veiculada pela ordem 'não-natural' ('motivação-do-falante', etc.), que está presente na descrição do processo de produção, não está presente, nem é recuperável, no processo de compreensão.

Uma das maiores dificuldades do modelo de Osgood tem a ver com o papel das estruturas superficiais, ubíquas no sistema sem terem um lugar próprio. Elas não podem ser representadas no OPR, já que este só comporta 'constituintes naturalmente ordenados', embora ele deva ter 'conhecimento' das estruturas superficiais tanto na compreensão quanto na produção. Na compreensão, o OPR, "utilizing language-specific cues that signal the boundaries of NP and VP constituents" (p.125), analisa a cognição que chega a ele em sua estrutura tripartite. Tais pistas ("cues") são, obviamente, da estrutura superficial. Elas não podem pertencer à estrutura universal dada pelo OPR, uma vez que são aprendidas e específicas de línguas particulares:

"Since these surface cues are language-specific, they must be learned by the developing OPERATORS of LADS (Language Acquisition Devices) acquiring different languages" (p.126).

Na produção, o OPR deve antecipar a estrutura superficial que resultará de suas interações com o LEX, antes que tais interações tenham lugar, para poder aplicar a cláusula (b) do seguinte princípio:

"F VIII-I (C) When use of the BUFFER is required for expressing simplexes B(2) above: (1) if the salience-motivated constituent (or part thereof) is shifted to utterance initial (or terminal) position, (a) it is expressed (or transferred to BUF), leaving a constituent-holding \emptyset , (b) unnaturally coded constituents (or parts) are transferred to BUF (left-to-right), (c) remaining constituents (or parts), if any, are expressed, and (d) code-strips from BUF are expressed as they are returned to OPR" (p.201).

A instrução (b) acima é proposta, claramente, para impedir estruturas superficiais mal-formadas, e.g., nas passivas. Para "Everyone admires Napoleon", uma cognição 'natural' no OPR, a passiva correspondente "Napoleon is admired by everyone" é produzida da seguinte maneira:

"(1) EXP the SPKR-salient Napoleon → [everyone/admires/ \emptyset]

- (2) Avoiding ungrammaticality (everyone in the Relation slot), BUF
everyone → {∅/admires/ ∅}
- (3) EXP unnaturally directed Relation, is admired by
- (4) As returned from BUF, EXP everyone" (p.201).

A expressão "avoiding ungrammaticality" no passo (2) acima refere-se obviamente à agramaticalidade da estrutura superficial, já que "everyone", como se pode ver no passo (1), permanece na sua posição 'própria' M_1 no COG estocado no OPR, i.e., na estrutura profunda. Por razões similares, a expressão "unnaturally coded constituents" na instrução (b) acima só pode ser entendida como se referindo à estrutura superficial.

Se não são representáveis no OPR, podem as estruturas superficiais serem representadas no LEX? Aparentemente não, porque o LEX opera sobre seqüências de palavras ("word-by-word") (cf. F V, p.250), embora ele também tenha que ter 'conhecimento' de tais estruturas, já que na produção o LEX produz conjuntos de traços "in the order established by the speaker's experience of the language (i.e., within constituent structure)" (p.126). Responsabilizar o LEX pela ordem das palavras no interior dos constituintes das estruturas superficiais, no entanto, parece contradizer a afirmação de que até o LEX a APG é construída a partir de bases estritamente behavioristas, uma vez que nos casos em que a ordem das palavras no OPR não coincidir com a ordem requerida pelas restrições superficiais, o LEX será forçado a deslocar palavras no interior de um constituinte, o que equivale a dizer que o LEX tem poder transformacional²².

Deste modo, o modelo de Osgood pressupõe a existência de estruturas superficiais (por um lado como o resultado do processo de produção, e, por outro lado, como o ponto de partida do processo de compreensão), sem, no entanto, definir claramente seu lugar no sistema. Em consequência, as transformações vão operar na intersecção de níveis estruturais que são mal-definidos. Outra dificuldade diz respeito ao estatuto e natureza das transformações. Considere-se, por exemplo, as transformações que produzem sentenças passivas e sentenças topicalizadas (ver exemplos acima). No primeiro passo de ambas as 'derivações' o aparato cognitivo (OPR) percebe a saliência dos conteúdos de M_2 , e imediatamente os expressa. As diferenças aparecem no passo (2), onde o OPR ou expressa o restante (e assim produz uma sentença topicalizada) ou remete M_1 para o BUF enquanto transforma um VP ativo em passivo. O que é que determina 'comportamentos' tão diferentes por parte do OPR? Já que o modelo se ocupa do desempenho, pode-se assumir que deve haver alguma motivação, como o próprio Osgood requer ao criticar a 'insuficiência' dos modelos de competência:

"this fails to meet the pragmatic criterion that sentences produced be appropriate to contextual conditions—humans don't produce sentences ad libitum. The reason is that such a grammar does not ... provide any account of the selection among alternative rewrite rules" (p.64).

Uma explicação possível para os diferentes caminhos que o OPR segue quando 'passiviza' ou 'topicaliza' uma cognição pode ser a presença de outros itens marcados pela saliência. Por exemplo, para produzir "Napoleon is admired by everyone", uma 'motivação-do-falante' adicional para expressar a Relação pode eventualmente impedir a produção da sentença topicalizada "Napoleon, everyone admires", ao invés da passiva desejada. Em lugar de resolver este problema particular deste modo, Osgood apela, como vimos, para a noção de gramaticalidade da estrutura superficial. Ele emprega, então, indistintamente, dois tipos muito diferentes de restrições sobre as transformações, restrições psicológicas, profundas (presumivelmente, semânticas ou pragmáticas) e restrições superficiais, puramente 'sintáticas'. O uso destas últimas indica que Osgood se baseia num componente sintático 'autônomo' implícito, característico das abjuradas gramáticas de competência.

A ausência de uma discussão explícita deste componente implícito é também responsável pela fragilidade do tratamento da ordem das palavras no interior dos constituintes e de fenômenos morfológicos. Este último assunto foi escassamente contemplado na presente formulação da teoria. Esta apenas assume que 'ajustes' morfológicos de formas lexicais diversas podem ser feitos por algum mecanismo não especificado. Exemplos de tais ajustes são: "have" para "has" (p. 215), "was run over" para "ran over" (p.216), "did see" para "saw" (p.244) etc. Quanto à ordem no interior de constituintes, 'ajustes' apropriados, como "been to has never" para "never has been to" não colocam nenhum problema para o ouvinte - assume-se - porque "all of the semantic information is in the ... constituent" (p.216). Possivelmente as mesmas restrições superficiais que impedem 'agramaticalidade' são implicitamente operativas na transformação acima. Mas, como vimos, esta parte do sistema não é exposta em detalhes por Osgood.

Não é possível discutir aqui outros aspectos problemáticos do componente transformacional de Osgood. Como consequência de varrer muita coisa (estruturas superficiais) para baixo do tapete, e de usar livremente mecanismos semi-formalizados (e.g., as 'variáveis da saliência'), o modelo adquiriu um 'poder explanatório' enorme. E ainda parece incapaz de tratar diretamente de fatos gramaticais bem-conhecidos.

VI

Nós nos restringimos até aqui a uma discussão de alguns aspectos centrais do modelo de Osgood, mas há muitos outros aspectos do livro que nós não pudemos explorar acima. Por exemplo, o primeiro capítulo ("Lecture I") contém uma valiosa discussão do problema extremamente difícil que é caracterizar a linguagem, em geral, e uma língua humana, em particular. Os capítulos iniciais, especialmente a "Lecture III", também contém uma interessante discussão do quadro teórico em que se situa Osgood, a natureza do neo-behaviorismo e sua oposição ao mentalismo (especialmente uma tentati

va de replicar a bem-conhecida crítica de Fodor à noção de r_M). Tal discussão também ilustra o uso 'ideológico' de noções derivadas da metodologia da ciência (e.g., noções de paradigma e de revolução científica de Kuhn) dentro da própria ciência.

Vamos comentar brevemente a última questão. Para defender e justificar sua adesão a um tipo de teoria, em psicolinguística, que pode ser considerada 'contra-revolucionária' na medida em que persiste num quadro pré-chomskiano, Osgood encarrega-se de mostrar que, embora possamos falar na linguística de uma revolução chomskiana (gerativa) legítima, na psicolinguística não há tal revolução, mas apenas um mero 'movimento pendular' ("pendulum swing"). Ser fiel a um quadro teórico anterior, então, não é ser um contra-revolucionário, no sentido de ser alguém que luta contra as forças progressivas da história da ciência, mas simplesmente seguir o retorno natural do pêndulo.

A sustentação de tal afirmativa, obviamente, depende da habilidade de se especificar precisamente o que é um 'movimento pendular' e em que ele difere das revoluções científicas genuínas. De acordo com Osgood, 'movimentos pendulares' equivalem ao seguinte:

"Fadlike shifts repeatedly occur on the underlying assumptions about science - about metaphysics, about methods, about theory construction, about what are significant topics, about relevant criteria, and many other matters - to which (following Esper 1968) I shall give the collective name 'pendula swings'" (p.63).

Na Tabela III.1 (p.64), Osgood lista uma série de 'movimentos pendulares' subjacentes a paradigmas linguísticos e psicológicos. Nessa tabela, o pêndulo se movimenta do Behaviorismo e da Linguística Descritiva, de um lado, para o Estruturalismo Psicológico e o Gerativismo, de outro, ao longo de dimensões como 'metafísica', 'metodologia', 'critérios', 'dados', etc. Assim, ao longo da dimensão da 'metodologia', diz-se que a linguística alterna entre o distribucionalismo e o transformacionalismo, e ao longo da dimensão 'dados', entre estruturas superficiais e estruturas profundas. À parte os inúmeros problemas terminológicos e conceituais por esta tabela, é bastante estranho que casos amplamente aceitos como revoluções científicas, e.g. a passagem do descritivismo ao gerativismo em linguística, sejam apresentados na tabela como exemplos de 'movimentos pendulares'. A questão que se coloca, então, é a da diferença (se houver) entre 'movimentos pendulares' e revoluções científicas. Para Osgood,

"Each swing toward a given pole is driven by felt insufficiencies in the paradigm at the other pole; in the course of the swing new problems are set, new insights are gained, and eventually new anomalies encountered; if the crisis period has generated more adequate theories within the old paradigm, and they can now handle the anomalies that gave rise to the crisis as well as their previous areas of apparent sufficiency,

then a return swing starts and gains momentum. (...) What has been described here is thus a persisting state of oscillating competition between two (or more) viable paradigms in a science" (p.66).

Esta descrição é adequada para o que Kuhn chama de 'período de crise' que pode resultar numa revolução científica, exceto pela afirmação de que a oscilação persiste. À luz desta afirmação, a situação descrita por Osgood só pode ser a de um estado pré-paradigmático na ciência. Osgood mesmo sugere que não havia paradigmas na psicolinguística (nem mesmo havia um nome para a nova área de pesquisas). Ele cita a afirmação de Maclay (1973) de que as relações entre a linguística e a psicologia, que circunscrevem a área interdisciplinar, eram

"a common commitment to an operationalist view of science, and a division of labor that prevent a number of potential difficulties from becoming overt ... linguists were assigned the 'state of messages', while psychologists assumed responsibility for the 'states of communicators' and also, by default, 'the processes of encoding and decoding'" (p.48).

Mas o compromisso com 'uma visão operacionalista da ciência' não é suficiente para de terminar um paradigma, e, quanto à divisão de trabalho, fica claro da citação acima que não havia uma 'comunidade científica' trabalhando com problemas psicolinguísticos, mas duas comunidades, linguistas e psicólogos, trabalhando paralelamente em questões relacionadas. Tal descrição do estado da psicolinguística equivale à demonstração de que esta se encontrava em um estágio pré-paradigmático, e que portanto não havia nada contra o que fazer uma revolução. Além disso, pode-se dizer que tal quadro não mudou muito desde então e que a tarefa que Osgood se atribuiu (bem como McNeill - cf. seção I acima) é precisamente a de estabelecer um paradigma para a psicolinguística.

Além de permitir que Osgood não se coloque como um contra-revolucionário, a noção de 'movimentos pendulares' tem um outro papel, fundamental, na economia do livro. Se a noção de revolução científica, como proposta por Kuhn, atribui ao progresso científico um certo caráter aleatório, o enfraquecimento da noção obtido por Osgood com seus 'movimentos pendulares' aumenta consideravelmente o grau de liberdade na manipulação dos conceitos com vistas à construção de teorias. Isto poderia justificar a postura eclética de Osgood: um behaviorista que admite 'estados internos', organizando-se em termos de uma semântica componencial e se aproximando decisivamente das propostas cognitivistas; um behaviorista que assume noções da psicologia da Gestalt; um opositor da gramática da competência que acaba por se basear em seus resultados, e mesmo assume sub-repticiamente que suas regras são operativas em vários níveis (p.ex., na determinação das estruturas superficiais); um universalista declarado que é levado a admitir que o relativismo linguístico tem efeitos mais profundos que aqueles consi

derados pelo próprio Whorf: um defensor da visão de que o pré-lingüístico precede e determina o lingüístico que acaba por propor um modelo em que toda a cognição, lingüística e não-lingüística, é mediada por mecanismos cognitivos (LEX, OPR etc.) cujo esquema é claramente lingüístico. Parece-nos que a discussão sobre 'paradigmas' e 'pêndulos' não é senão um meio de justificar ideologicamente a postura teórica extremamente 'liberal' assumida no livro.

Em resumo, Lectures on Language Performance oferece-nos uma teorização iconoclasta, estimulante e criativa que, tendo suas tensões e inconsistências internas totalmente resolvidas, poderão resultar numa síntese inovadora que certamente contribuirá para tirar a psicolingüística da lama pré-paradigmática em que ainda se encontra enalhada.

NOTAS

* OSGOOD, C.E. Lectures on Language Performance. New York/Heidelberg/Berlin:Springer Verlag, 1980.

** Este trabalho foi parcialmente financiado por uma bolsa FAPESP (83/0257-4) de um dos autores (EF).

1. A distinção que Osgood faz entre noções 'estruturais' e 'funcionais' nem sempre é clara como gostaríamos que fosse. Possivelmente, ela está relacionada à distinção entre propriedades estruturais e funcionais que qualquer sistema de signos deve ter se quer qualificar a linguagem humana (pp.8-10). As propriedades estruturais incluem coisas como o uso do canal áudio-oral, recepção seletiva, evanescência do sinal no tempo, padrões sonoros etc. De acordo com Osgood, "all of these structural characteristics are direct, combined functions of the physical nature of sound and the biological nature of the human organism" (p.9). As propriedades funcionais da linguagem humana, por outro lado, incluem a arbitrariedade das relações forma-sig significado, a natureza discreta das mudanças formais que assinalam diferenças de sentido, organização hierárquica e composicional, e transmissão por aprendizado. Mas, não há uma correspondência clara entre as noções 'estruturais' e 'funcionais' associadas com os mecanismos da APG e os dois tipos de propriedades atribuídas à linguagem humana. O uso que Osgood faz do primeiro par de noções é ilustrado pelo seguinte trecho: "Structurally, meaningful mediation processes at the Representational Level are related to antecedent percepts as their significances (in comprehending) and to subsequent programs for behaving as the intentions behind them (in expressing); functionally, these relations are established is experience" (p.75) . Parece que o mecanismo em questão, como um todo, se propõe a dar conta das propriedades 'funcionais' da linguagem.

2. A afirmação de que apenas até o LEX o sistema é estritamente behaviorista está ba

seada em três características: (a) ele se funda em princípios associativos; (b) há um procedimento de descoberta para 'traços semânticos', a partir da 'Semântica Diferencial' de Osgood (cf. pp.94-108); e (c) ele se 'ancora' diretamente na experiência. Como veremos na seção V abaixo, LEX tem também a habilidade implícita de determinar 'estruturas superficiais', um fato que coloca algumas dificuldades para a alegada fundamentação estritamente behaviorista.

3. Em um de seus últimos trabalhos, "Languages and Logic", Whorf moderou ainda mais o seu relativismo. Em sua tentativa de preservar a ciência das conseqüências do relativismo lingüístico, ele foi levado a admitir um nível de processamento cognitivo que é 'pré-lingüístico' e portanto não afetado pelas diferenças observadas entre as línguas do mundo: "language, for all its kingly role, is in some sense a superficial embroidery upon deeper processes of consciousness, which are necessary before any communication, signalling, or symbolism whatsoever can occur" (Whorf 1956:239). Tais traços 'universais' da cognição humana podem ser descobertos, de acordo com Whorf, não pela ênfase na similaridade entre as línguas (o que ele chama de lingüística 'comparativa'), mas através de uma investigação que se ocupe das diferenças (lingüísticas 'contrastiva'), podendo, assim, ser capaz de ir além delas. Osgood, ao contrário, enfatiza a lingüística 'comparativa', ignora os contrastes entre as línguas, e em conseqüência postula a universalidade de estruturas que estão muito próximas de um modelo lingüístico particular, ao invés de se colocar numa posição da qual abrangesse todas as línguas. Eis porque, possivelmente, Osgood permanece vinculado a uma lógica específica de 'entidades' e 'relações' (cf. Whorf 1956:241).
4. A sentença em inglês seria, nesta abordagem, menos natural do que a portuguesa, já que aquela, mas não esta, contém um elemento superficial ("it") que não corresponde a nenhum elemento profundo. A situação seria simétrica ã observada em casos de apagamento de pronome relativo em inglês (e.g. "The man that I love plays football" vs. "The man I love plays football"). A primeira sentença é mais fácil de entender que a última, porque a estrutura superficial preserva o vertígio de um componente da estrutura profunda, que não deixa vestígios no outro caso (Fodor e Garret 1967). Desafortunadamente, é difícil testar a predição do modelo em relação a It rains vs. Chove porque nenhuma das línguas tem a forma opcional alternativa (i.e., *Rains e *Ele chove).
5. Aqui também, de modo a obter suporte empírico para tal predição, dever-se-ia ver se a compreensão de "X made a translation" requer mais tempo de reação (RT) do que "X translated". Ao contrário do caso similar de "It rains", o experimento relevante pode ser facilmente montado já que as duas formas estão disponíveis numa mesma língua. Mas, até onde sabemos, ninguém realizou ainda tal experimento.

6. R significa Relator. Nos exemplos (1)-(4), R₁ é "before" e R₂ é "after".
7. O suporte é apenas parcial porque, como Osgood aponta, os dados experimentais unem os resultados em 0-1 e 2-3, não permitindo, então, fazer distinções dentro destes grupos (cf. Clark & Clark 1968).
8. É importante notar que tanto nossa análise quanto a análise de Osgood colocam dificuldades para a alegada estrutura tripartite das cognições simples. A qual dos três componentes o relator deve ser ligado? Se a nenhum em particular, deve ser tratado como algo 'pendurado' na cognição?
9. Para uma discussão mais detalhada desta análise, ver Anscombe e Ducrot 1977, Das cal e Katriel 1977.
10. Há dados de RT que Osgood admite não ser capaz de explicar: "Just why - other than sampling error - verbs should behave better than nouns, I have no idea" (p.148).
11. Suas suposições sobre a estrutura subjacente dos eventos são comparáveis, digamos, às suposições de Ryle sobre a 'forma lógica' dos fatos. Por referência a esta forma, algumas sentenças podem ser vistas como 'sistematicamente enganadoras', já que sua estrutura sugere que os fatos a que se refere têm uma forma que difere de sua 'for ma lógica' (cf. Ryle 1933).
12. O uso que Osgood faz do I Ching é algo tendencioso. É preciso lembrar que este livro pertence a uma tradição metafísica bastante distante da que tipicamente domina no ocidente. Por exemplo, a idéia fundamental do I Ching é a de transformação contínua, que conduz do Ying para o Yang e vice-versa. Não se encontra nada deste tipo na adaptação do Ying e Yang de Osgood. Por outro lado, para Osgood, um dos pólos, o positivo é considerado hierarquicamente superior (cognitiva e afetivamente) ao outro, enquanto Ying e Yang são verdadeiramente as duas faces de uma única moeda, em pé de igualdade.
13. Considere, por exemplo, o caso da ironia. Entoação especial, acento, tom de voz, movimentos de sobrancelhas ou outras pistas indicam com bastante precisão que componente de uma sentença irônica deve ser interpretado com sentido 'invertido'.
14. Sem informação contextual, é difícil saber qual é a conclusão implícita relevante. Neste caso, um possível candidato poderia ser João comerá todo o sorvete que existe em casa.
15. Há um limite máximo para tal intensificação? No Diferencial Semântico o limite é + ou - 3.

16. Analisar o significado de cada cor em termos dos três traços afetivos (E,P,A) não é possível, porque dificilmente poderíamos dar conta da diferença denotativa entre as cores e é sobre esta diferença que a relação semântica da exclusão se ba seia.
17. Outro exemplo do uso da mesma estratégia: "in the sentence John is eager to please, John is semantically coded +Initiating (Source), as well as +Animate,+Human etc., of course, whereas in the sentence John is easy to please, John is semantically coded -Initiating (Recipient)" (p.95).
18. De fato, o uso de conceitos 'metaforicamente' concretos para falar de entidades abstratas é um fenômeno bastante comum. Veja-se Lakoff e Johnson 1980, para inúmeros exemplos.
19. Veja-se, por exemplo, Black 1962, Dascal 1983:155-156, Reinhardt 1979, Searle 1979.
20. Investigações psicolinguísticas recentes demonstram que tal assunção precisa ser, ao menos, modalizada, na medida em que não apenas a produção mas também a compreensão dependem de uma interação quasi- linguística entre adulto e criança, por meio da qual se desenvolvem as habilidades de compreender e produzir as sentenças da língua. Ver De Lemos 1981.
21. Não é incomum observar, na teoria psicolinguística, que processos originalmente dissociados integram-se em algum estágio de desenvolvimento. Por exemplo, ver Vygotsky 1962.
22. Considere o caso de um falante de inglês tendo que descrever um objeto visto, digamos, uma mesa que é vermelha. De acordo com Osgood, a percepção natural do objeto determina uma cadeia de traços na qual os traços substantivos ou identificados (que definem a mesa) precedem os traços moduladores (de 'vermelho') (cf. p. 124). Os traços serão representados deste modo também no OPR. Mas para produzir o SN apropriado, dadas as restrições específicas da gramática superficial do inglês, a ordem destes constituintes na cadeia deve ser alterada, para que o resultado evite a agramaticalidade, ou seja, o falante dirá "red table" e não "table red".

BIBLIOGRAFIA

1. ANSCOMBRE, J.C. & Ducrot, O. 1977. Deux 'mais' en Français. Lingua 43: 23-40.
2. BLACK, M. 1962. Metaphor. In BLACK, M. Models and Metaphors. New York: Cornell Univ. Press.

3. CHOMSKY, N. 1965. Aspects of the Theory of Syntax. Cambridge, Mass: MIT Press.
4. CLARK, H.H. & CLARK, E.V. 1968. Semantic Distinctions and Memory for Complex Sentences. Quarterly Journal of Experimental Psychology 20: 129-138.
5. DASCAL, M. 1977. Conversational Relevance. Journal of Pragmatics 1: 309-327.
6. DASCAL, M. 1983. Pragmatics and the Philosophy of Mind. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin's.
7. DASCAL, M. & Katriel, T. 1977. Between Semantics and Pragmatics: The Two Types of 'but' - Hebrew 'aval' and 'ela'. Theoretical Linguistics 4: 143-172.
8. DE LEMOS, C. 1981. Interactional Processes in the Child's Construction of Language. In DEUSTCH, W. (ed.), The Child's Construction of Language. London : Academic Press.
9. ESPER, E.A. 1968. Mentalismo and Objectivism in Linguistics. New York: American Elsevier.
10. GREENBERG, J.H. 1963. Some Universals of Grammar with Particular Reference to the Order of Meaningful Elements. In GREENBERG, J.H. (ed.), Universals of Language. Cambridge, Mas: MIT Press.
11. KATZ, J.J. 1972. Semantic Theory. New York: Harper & Row.
12. LAKOFF, G. & Johnson, M. 1980. Metaphors We Live by. Chicago/London: The University of Chicago Press.
13. MACLAY, H. 1973. Linguistics and Psycholinguistics. In Kachru, B.B. et al., (eds.), Issues in Linguistics: Papers in Honor of Henry and Renée Kahane. Urbana, Ill: University of Illinois Press.
14. McNEILL, D. 1979. The Conceptual Basis of Language. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
15. OSGOOD, C.E. 1963. Language Universals and Psycholinguistics. In Greenberg, J. H. (ed.), Universals of Language. Cambridge, Mass: MIT Press.
16. REINHART, T. 1976. On Understanding Poetic Metaphor. Poetics 5: 383-402.

17. RYLE, G. 1933. Systematically Misleading Expressions. Proceedings of the Aristotelian Society 32: 139-170.
18. SEARLE, J.R. 1979. Metaphor. In Searle, J.R. Expression and Meaning. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
19. VYGOTSKY, L.S. 1962. Thought and Language. Cambridge, Mass: MIT Press.
20. WHORF, B.L. 1956. Language, Thought and Reality. Cambridge, Mass.: MIT Press.